

PREGÃO ELETRÔNICO N° 008/2024 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 1957/2024
EDITAL

1. PREÂMBULO

1.1 – **O MUNICÍPIO DE DAMOLÂNDIA/GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 01.067.164/0001-07, faz saber aos interessados que fará realizar, no dia **19 DE JUNHO DE 2024 ÀS 08h30min**, licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de Materiais Elétricos destinados ao atendimento das Secretarias e Fundos do Município de Damolândia/GO**, do tipo **MENOR PREÇO - POR ITEM**, através do Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada do objeto, mediante ordens de fornecimento.

Horário atendimento: **08:00h às 11:00h e 13:00h às 16:00h.**

Local para consulta: **Prefeitura Municipal de Damolândia, Portal Transparência e/ou Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.**

PAGE *
MERGEFORM
AT29

1.2 - Esta licitação será realizada de conformidade com consoante com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela:

- a) Lei nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores;
- b) Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

1.3 O processamento do certame será realizado na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras-BNC **www.bnc.org.br**.

2. LOCAL E DATA

2.1 - A licitação realizar-se-á conforme as especificações abaixo descritas:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 05/06/2024 às 16:00hrs
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	08:00h do dia 19/06/2024
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA	08:30h do dia 19/06/2024
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF)
LOCAL	Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC <u>www.bnc.org.br</u>

2.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 – **Aquisição de Materiais Elétricos destinados ao atendimento das Secretarias e Fundos do Município de Damolândia/GO**, conforme especificações e quantificações contidas no objeto do Anexo I - Termo de Referência/Especificações do Objeto, parte integrante do presente Edital.

1.2 – As regras referentes aos órgãos gerenciadores, entidades e participantes, bem como em eventuais adesões, serão as mesmas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME/LICITAÇÃO E DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitada no Edital, e através do Banco Nacional de Preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

2.1.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - **É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.**

2.4 - **A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, conforme Lei 14.133/21.**

2.5- Não poderão disputar desta licitação:

2.5.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8- agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9- pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6 - O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9 – Não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 - As despesas desta presente licitação correrão a cargo da Dotação do Orçamento de 2024, com recursos da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 20

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 04.122.0002.2.003

Promoção de festividades municipais

Ficha: 48

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 04.122.0006.2.007

Manutenção das atividades da sec. De administração

Ficha: 58

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 06.181.0007.2.010

Manutenção das ativ. Da segurança pública

Ficha: 95

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 20.606.0010.2.013

Manutenção das atividades da secretaria de agricultura

Ficha: 142

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0024.2.028

Obras e serviços urbanos

Ficha: 159

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0026.2.030

Manutenção do cemitério municipal

Ficha: 167

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0027.2.031
Manutenção de ativ.de praças e jardins

Ficha: 177
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 25.752.0029.2.032
Manutenção das ativ.da iluminação pública

Ficha: 195
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 26.782.0037.2.040
Manutenção do Dmer

Ficha: 199
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 26.782.0038.2.041
Manutenção de ativ.do terminal rodoviário

Ficha: 208
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 27.812.0022.2.026
Manutenção das ativ.da sec. Municipal de esporte e lazer

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Ficha: 215
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 27.812.0022.2.027
Manutenção do clube recr., estádio, gin. esportes e áreas de lazer

Ficha: 231
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 12.361.0039.2.042
Manutenção e desenvolvimento do ensino básico- Fundeb

Ficha: 265
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 04.122.0063.2.074
Manutenção da secretaria municipal de saúde

Ficha: 329
Elemento: 3.3.90.30
Dotação: 10.302.0054.2.054
Manutenção do hospital e unidades básicas de saúde

Ficha: 401

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.244.0055.2.058

Manutenção da secretaria de assistência e Promoção social

Ficha: 413

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.244.0055.2.061

Manutenção do prog. De Prot. Social Basica/PSB/Cras/SCFV

Ficha: 454

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.241.0076.2.086

Manutenção do centro de convivência dos idosos

Ficha: 472

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 18.541.0079.2.091

Manutenção da sec. Municipal do meio ambiente

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Ficha: 508

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 12.361.0085.2.099

Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

Ficha: 525

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 12.365.0085.2.104

Manutenção do ensino infantil - creche / pré - escolar

2.12 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma empresa associada a BNC - Bolsa Nacional de Compras ou pelos telefones: Ponta Grossa-PR (42) 3026-4550, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes irão cadastrar exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Damolândia-Go, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.4- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.6 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.7 - A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I, deste edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

3.8 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.9 - Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Sistema **www.bnc.org.br** e os presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;
- c) Fabricante;

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta o Licitante;

4.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto ora licitado.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.6.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação;

4.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.7 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou.
- b. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BNC – Bolsa Nacional de Compras, no site **www.bnc.org.br**.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor da Bolsa Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

6.1.3 - Conduzir a sessão pública;

6.1.4 - Abrir as propostas de preços;

6.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;

6.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.1.7 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.1.8 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

6.1.10 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

6.1.11 - Declarar o vencedor;

6.1.12 - Elaborar a ata da sessão;

6.1.13 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

6.1.14 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6.1.15 - Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP e MEI

7.1 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras: Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

7.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (dias) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

7.1.2.1 - A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará em sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

7.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei nº 14.133/21. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.4 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º, do art. 43, da LC 123/06, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

8.2 - O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

8.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado acompanhamento em tempo real por todos os participantes para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9 - Será adotado para o envio de lances no pregão (eletrônico) o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (DOIS) MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

8.11 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.13 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

8.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerada empatada com a primeira colocada.

8.21 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.22 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.23 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

8.24 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.25 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, enviando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.26 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.27 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de de 1 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

8.28 - Após a negociação do preço a(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) deverá, no prazo máximo de 1 (um) dia útil, obrigatoriamente, anexar no sistema eletrônico, no campo denominado “Documentos Complementares”, os documentos exigidos para habilitação, NA FORMA DIGITALIZADA, sob pena de inabilitação pelo não cumprimento.

8.29 - Será concedido o prazo de 1 (um) dia útil também para as empresas declaradas vencedoras posteriormente, no caso de desclassificação/inabilitação realizadas após a suspensão da sessão para análise de documentos. Nestes casos, as licitantes serão convocadas no próprio Sistema.

8.30 - No caso de bens e serviços em geral, **é indício de inexecuibilidade** das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração

8.30.1 - A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.30.1.1 - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.30.1.2 - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.30.2 - Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E JULGAMENTO

9.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14, da Lei 14.133/21, legislação correlatas, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 – Registro Cadastral do Município;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

10.1.4 – Tribunal de Contas da União – TCU;

10.1.5 – Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

9.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

9.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este edital.

9.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.6 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que deverá realizar diligência para averiguar a exequibilidade da proposta.

9.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

9.9 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

9.10 -. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de 01 (um) dia útil, sob pena de não aceitação da proposta.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

9.11 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.11.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

9.11.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.11.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.11.2.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de conformidade com o Termo de Referência.

9.11.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.11.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9.11.2.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

9.11.2.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

9.12 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.13 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.14 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.15 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação.

10.2. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.4. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.5. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto nos art. 62 a 70, da Lei Federal nº 14.133/21:

PAGE *
MERGEFORM
AT29

10.5.1 - Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

10.5.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

10.5.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.5.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.5.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.5.1.5 - Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;

10.5.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

10.5.1.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

10.5.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.5.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

10.5.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

10.5.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

PAGE *
MERGEFORM
AT29

10.5.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

10.5.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;

10.5.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

10.5.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CNDT;

10.5.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.2.8 - Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF.

10.5.3 – Qualificação Técnica limitar-se-á:

10.5.3.1 - A Qualificação Técnica será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento do objeto licitado, **com as respectivas notas fiscais.**

10.5.3.1.1 - O (s) atestado (s) deverá se referir à comercialização de produtos de natureza similar e compatíveis com o objeto pretendido, observadas as exigências apresentadas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital.

10.5.4- Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á;

10.5.4.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica emitida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão;

10.6 - Declarações a serem apresentadas:

10.6.1 Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte conforme modelo do **Anexo III**

10.6.2 Declaração gerais, conforme modelo do **Anexo IV**;

10.7 - A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo exceto prazo para realização de Diligência a fim de sanar dúvidas e/ou falhas existentes à época da licitação para complementação da documentação exigida para a habilitação.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

10.8 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

10.9 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a no máximo a 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

10.10 - As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

10.11 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.12 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

10.14 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. PAGE *
OMERGEFORM
AT29

10.16 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.17 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **01 (um) dia útil** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.1.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.1.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

11.3 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

12.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

12.2 – O prazo de convocação será conforme o §1º, do 90, da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

12.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços ou contratos quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no objeto do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições e especificações necessárias.

12.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.7 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

13.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

13.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

13.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

13.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

13.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/21.

13.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

13.7 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21.

14. DOS RECURSOS

14.1 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos;

14.2 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.3 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.4 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis.

14.5 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.6 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: Setor de Licitações, localizada na sede deste Município – Praça Hugo Costa, nº 01, Vila Mineira, Damolândia-Goiás, site <https://damolandia.go.gov.br/>, e/ou do e-mail: licitacao@damolandia.go.gov.br

PAGE *
MERGEFORM
AT29

14.7 - A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.2 - Após a fase recursal, ou os licitantes participantes abrirem mão do Recurso constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

17. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

17.1 - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo,

restabeleceram o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea “d”, do Inciso II, do artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1 - O fornecimento do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos procedimentos indicados no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1 O pagamento ocorrerá conforme previsto no Termo de Referência.

19.2 Para habilitar-se ao pagamento, a contratada deverá apresentar a(s) fatura(s) emitida(s) em moeda corrente, devidamente acompanhada das Certidões de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual, Municipal, INSS, FGTS, e CNDT, contendo no mínimo os seguintes dados:

19.2.1 Data de emissão;

19.2.2 Estar endereçada ao órgão responsável pelo contrato;

19.2.3 Conter o nº do CNPJ informado no contrato;

19.2.4 Valor unitário e total;

19.2.5 Especificação do objeto fornecido.

19.2.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

19.2.7 Os produtos não poderão sofrer qualquer tipo de reajuste dentro do prazo de validade da proposta.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

20.3 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

20.4 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

21.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, somente não admitindo-se de outra forma inserida exclusivamente no meio eletrônico.

21.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

21.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

21.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22 - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

22.1 Efetuar o fornecimento dos produtos na forma deste Termo de Referência em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações e da proposta;

22.2 Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

22.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede o fornecimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação;

22.4 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

22.5 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

22.6 Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

22.7 Apresentar ao CONTRATANTE a nota fiscal contendo descrição dos produtos/serviços fornecidos, juntamente com as certidões negativas e indicação do contrato;

22.8 Pagar os salários dos seus funcionários e demais verbas que venham a decorrer do cumprimento do objeto deste termo;

22.9 Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

22.10 Manter durante toda a execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

23. DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DA CONTRATANTE

23.1. Conferir e atestar o fornecimento dos produtos contratados;

23.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos com as especificações constantes da proposta e do Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

23.3. Fiscalizar o fornecimento do produto, podendo a CONTRATANTE rejeitá-lo integralmente ou em parte, caso esteja em desacordo com a especificação apresentada neste Termo de Referência;

23.4. Proporcionar todas as facilidades necessárias à CONTRATADA, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço, bem como, qualquer ocorrência relacionada à entrega do produto;

23.5. Designar gestor para acompanhamento e fiscalização do fornecimento; Efetuar o pagamento no prazo previsto.

24. DA ARP

24.1 - Será firmado uma ARP com os licitantes vencedores, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/21.

24.2 - Farão parte integrante da ARP todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame, independentemente de transcrição.

24.3 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

24.3.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

24.3.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

24.4 - Se os licitantes vencedores se recusarem a assinar a ARP, sem justificativa por escrita aceita pela Administração, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

24.5 - No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

24.6 - Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

25. DA RESCISÃO

25.1 – A ARP poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 14.133/21 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

26. DA DILIGÊNCIA

26.1 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.

26.2 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

26.3 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

27.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

27.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

27.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

27.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

27.11 - O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites**:

- a. Portal da Transparência - **<https://damolandia.go.gov.br/>**
- b. Portal BNC: **www.bnc.org.br**

27.12 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, deste Município, situado na Prefeitura Municipal localizada na Praça Hugo Costa, nº 01, Vila Mineira, Damolândia-Goiás, pelo telefone (62) 3334-6559 e ainda através do e-mail: **licitação@damolandia.go.gov.br**

27.13 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: **<https://damolandia.go.gov.br/>** - Portal da Transparência; **www.bnc.org.br** - Portal BNC; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

27.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:

- ANEXO I - Termo de Referência;
- ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;
- ANEXO III – Modelo Declaração ME/EPP;
- ANEXO IV – Modelo Declarações Diversas;
- ANEXO V – Modelo Minuta ARP.
- ANEXO VI – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

29.15 – Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Petrolina de Goiás - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Damolândia-Go, 04 de junho de 2024.

Gabryela Ribeiro Ferreira
Agente de Contratação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Aquisição de Materiais Elétricos destinados ao atendimento das Secretarias e Fundos do Município de Damolândia/GO, conforme especificações e quantidades estabelecidas em planilha:

1. DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS

ITEM	PRODUTO	UN	QUANTI.	VALOR MÉDIO UNT	VALOR MÉDIO TOTAL
1	ALÇA PERFORMADA. ALÇA PERFORMADA PARA CABO DE 10MM.	UN	30	R\$ 5,12	R\$ 153,70
2	ALICATE ELETRICISTA 8. ALICATE ELETRICISTA 8, CORPO FORJADO EM AÇO ESPECIAL E TEMPERADO, ACABAMENTO FOSFATILIZADO, CABEÇA E ARTICULAÇÃO LIXADAS, TÊMPERA ESPECIAL NO GUME DE CORTE E MANDÍBULAS, ISOLAÇÃO TERMICA DE 1000V C.A., SUPORTE PLÁSTICO, TAMANHO 8 , EM CONFORMIDADE COM NB.	UN	20	R\$ 67,52	R\$ 1.350,40
3	ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE 1 ELEMENTO. ARMAÇÃO SECUNDÁRIA DE 1 ELEMENTO, AÇO GALVANIZADO A FOGO, PESADO, CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 4MM, COMPLETA, DE ACORDO COM A NTD-02	UN	20	R\$ 23,63	R\$ 472,53
4	ARRUELA QUADRADA 58X58MM. ARRUELA QUADRADA 58X58MM, GALVANIZADO A FOGO, 18MM.	UN	20	R\$ 4,17	R\$ 83,33
5	BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO. BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO 127V/220 V 10A NOM. 15 A MAX (MARCA TIPO STIELETRONICA S.A OU SIMILAR TOMADA (BASE) PARA FIXAÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO (ELETRÔNICO, TÉRMICO OU MAGNÉTICO), INTERCAMBIÁVEL, COM GIRO DE 360°, E CABOS DE	UN	100	R\$ 20,62	R\$ 2.062,00

PAGE *
 MERGEFORM
 AT29

	LIGAÇÃO FLEXÍVEIS, MONTAGEM EM POSTE OU PAREDE ,SUORTE DE ALUMINIO, USO A INTEMPÉRIE,CONDUTORES FLEXÍVEIS CODIFICADOS,GIRO DE 360º, CABOS DE 1, 0 MM2 X 500MM NORMAS ABNT/NEMA/ANSI				
6	BÓIA CONTROLADORA DE NÍVEL. BÓIA CONTROLADORA DE NÍVEL DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA 10ª. ESPECIFICAÇÕES: MEIO LÍQUIDO: ÁGUA CORRENTE; MÁXIMA DOS CONTATOS: 10ª; TENSÃO: 127V – 220V; TEMPERATURA MÁXIMA DA ÁGUA 60ºC (140ºF); SUBMERSÃO MÁXIMA 10M; POTÊNCIA MÁXIMA DO MOTOR: ¾HP (560W;) EM 127V 1.0 HP (750W); EM 220V CABO ELÉTRICO COM 1,5M; DIMENSÕES: 154 X 89 X 40MM.	UN	10	R\$ 94,73	R\$ 947,33
7	BOLSA PARA FERRAMENTAS 430MMX240MMX300MM. BOLSA PARA FERRAMENTAS CONFECCIONADA EM LONA 10, TAMPACOM FECHAMENTO EM TIRA DE COURO, ALÇA DE COURO TIPO TIRA-COLA REGULÁVEL, REFORÇO NAS LATERAIS EM COURO, ACABAMENTO EM VIÉS PRETO DE 25MM, TAMANHO 430MM X 240MMX 300MM.	UN	1	R\$ 203,80	R\$ 203,80
8	BOTINA DE SEGURANÇA PARA ELETRICISTA. CALÇADO OCUPACIONAL TIPO BOTINA. FECHAMENTO EM ELÁSTICO NAS LATERAIS (PRETO, BRANCO OU MARROM) OU EM CADARÇO (PRETO). CONFECCIONADO EM COURO CURTIDO AO CROMO, PALMINHA DE MONTAGEM EM MATERIAL SINTÉTICO. SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETAMENTE NO CABEDAL,	PAR	10	R\$ 97,49	R\$ 974,93

	SEM BIQUEIRA DE AÇO, PARA USO ELETRICISTA.				
9	BRAÇO 1M PARA LUMINÁRIA. BRAÇO RETO DE 1M DE COMPRIMENTO POR 25 MM DE DIÂMETRO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA. GALVANIZADO A FOGO, PARA LUMINÁRIA DE 150 W A 400 W COM OU SEM ALOJAMENTO. CORPOTUBO E CHAPA DE AÇO SAE 1010/1020, CURVO COM SAPATA E ACABAMENTO ZINCADO POR IMERSÃO A QUENTE > 70 MICRA.	UN	15	R\$ 253,90	R\$ 3.808,50
10	BRAÇO 3M PARA LUMINÁRIA. BRAÇO CURVO 3M DE COMPRIMENTO POR 20MM DE DIÂMETRO PARA LUMINÁRIA PÚBLICA. GALVANIZADO A FOGO BRAÇO CURVO LONGO DE 3M PARA LUMINÁRIA DE 150 W A 400 W COM OU SEM ALOJAMENTO. CORPOTUBO E CHAPA DE AÇO SAE 1010/1020, CURVO COM SAPATA E ACABAMENTO ZINCADO POR IMERSÃO A QUENTE > 70 MICRA.	UN	25	R\$ 456,67	R\$ 11.416,67
11	CABO FLEXÍVEL 1,5MM. CABO FLEXÍVEL DUPLA CAMADA - BWF (ANTI-CHAMAS) 750V 1,5 MM (MARCA CORFIO OU PRODUTO DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR) - CORES VERMELHA, AZUL CLARO, BRANCA, VERDE-AMARELO E PRETO. CONDUTOR DE FIOS DE COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (EXTRAFLEXÍVEL), ISOLAÇÃO COM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE PVC SEM CHUMBO, CAMADA EXTERNA EXTRADESLIZANTE, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA	M	700	R\$ 1,60	R\$ 1.120,00

PAGE *
MERGEFORM
AT29

	E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIAMET				
12	CABO FLEXÍVEL 10MM: CABO FLEXÍVEL DUPLA CAMADA - BWF (ANTI-CHAMAS) 750V 10,0 MM (MARCA CORFIL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR) - CORES VERMELHA, AZUL CLARO, BRANCA, VERDE-AMARELO E PRETO. CONDUTOR DE FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (EXTRAFLEXÍVEL), ISOLAÇÃO COM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE PVC SEM CHUMBO, CAMADA EXTERNA EXTRADESLIZANTE, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMETRO	M	600	R\$ 11,87	R\$ 7.120,00
13	CABO FLEXÍVEL 16MM, ISOLAÇÃO 750V. CABO FLEXÍVEL 16 MM CONDUTOR FORMADO POR FIO DE COBRE, COR AZUL, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO COM FORMAÇÃO CLASSE 1 (MARCA CORFIL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR). ISOLAÇÃO DE PVC 70 C (POLICLORETO DE VINILA) ANTICHAMA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS QUANTO A NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO (PVC/A-B	M	500	R\$ 24,83	R\$ 12.416,67

14	<p>CABO FLEXÍVEL 2,5MM. CABO FLEXÍVEL DUPLA CAMADA - BWF (ANTI-CHAMAS) 750V 2,5 MM (MARCA CORFIO OU PRODUTO DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR) - CORES VERMELHA, AZUL CLARO, BRANCA, VERDE-AMARELO E PRETO. CONDUTOR DE FIOS DE COBRE NÚ, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (EXTRAFLEXÍVEL), ISOLAÇÃO COM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE PVC SEM CHUMBO, CAMADA EXTERNA EXTRADESLIZANTE, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMET</p>	M	700	R\$ 3,24	R\$ 2.268,00
15	<p>CABO FLEXÍVEL 4MM. CABO FLEXÍVEL DUPLA CAMADA - BWF (ANTI-CHAMAS) 750V 4,0 MM (MARCA CORFIO OU PRODUTO DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR) - CORES VERMELHA, AZUL CLARO, BRANCA, VERDE-AMARELO E PRETO. CONDUTOR DE FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (EXTRAFLEXÍVEL), ISOLAÇÃO COM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE PVC SEM CHUMBO, CAMADA EXTERNA EXTRADESLIZANTE, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMETRO</p>	M	500	R\$ 4,04	R\$ 2.021,67

16	CABO FLEXÍVEL 6MM. CABO FLEXÍVEL DUPLA CAMADA - BWF (ANTI-CHAMAS) 750V 6,0 MM (MARCA CORFIL OU SIMILAR DE MESMA QUALIDADE OU QUALIDADE SUPERIOR) - CORES VERMELHA, AZUL CLARO, BRANCA, VERDE-AMARELO E PRETO. CONDUTOR DE FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5 (EXTRAFLEXÍVEL), ISOLAÇÃO COM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE PVC SEM CHUMBO, CAMADA EXTERNA EXTRADESLIZANTE, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMETRO	M	500	R\$ 5,20	R\$ 2.601,67
17	CABO FLEXÍVEL PP 3X4MM ² . CABO PP DUPLA ISOLAÇÃO 0,6/ 1 KV 3X4,0 MM . CONDUTORES EM FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO DE PVC FLEXÍVEL, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMETRO NOMINAL DOS CONDUTORES DE 2,5 MM, ESPESSURA DE ISOLAÇÃO DE 0,8 MM, ESPESSURA DE COBERTURA DE 1,2 MM, DIÂMETRO EXTERNO NOMINAL DE 11,36 MM, ATENDENDO AS NORMAS NBR 7288, NBR 5111, NBR NM 280.	M	50	R\$ 13,71	R\$ 685,32

18	CABO FLEXÍVEL PP 4X10MM². CABO PP DUPLA ISOLAÇÃO 0,6/ 1 KV 4X10,0 MM . CONDUTORES EM FIOS DE COBRE NU, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO CLASSE 5, ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA DE COMPOSTO DE PVC FLEXÍVEL, TEMPERATURA MÁXIMA DE 70°C EM SERVIÇO CONTÍNUO, 100°C EM SOBRECARGA E DE 160°C EM CURTO-CIRCUITO, DIÂMETRO NOMINAL DOS CONDUTORES DE 4,30MM, ESPESSURA DE ISOLAÇÃO DE 1,0MM, ESPESSURA DE COBERTURA DE 1,5MM, DIÂMETRO EXTERNO NOMINAL DE 16,61MM, ATENDENDO AS NORMAS NBR 7288, NBR 5111, NBR NM 280.	M	100	R\$ 20,71	R\$ 2.070,67
19	CABO MULTIPLEXADO 2X16MM. CABO MULTIPLEX CABO DE ALUMÍNIO DUPLEX 2 X 16 MM. CONDUTOR: EM ALUMÍNIO 1350, TÊMPERAS H12 OU H19, RESISTÊNCIA À TRAÇÃO MÍNIMA DE 105 MPA (H19), ENCORDOAMENTO REDONDO COMPACTO. ISOLAÇÃO: CONSTITUÍDA POR POLIETILENO TERMOPLÁSTICO (PE), CLASSE TÉRMICA 70°C OU POR COMPOSTO TERMOFIXO DE POLIETILENO RETICULADO (XLPE), CLASSE TÉRMICA 90°C. CONDUTOR NEUTRO: CABO DE ALUMÍNIO NÃO ISOLADO, CA (ALUMÍNIO 1350 - H12 OU H19).	M	50	R\$ 55,09	R\$ 2.754,50 PAGE * MERGEFORM AT29
20	CABO PP 2 X 2,5. CABO PP 2 X 2,5	M	350	R\$ 5,91	R\$ 2.068,50
21	CANALETA DUPLA DE PLASTICO 2M. CANALETA COM COMPRIMENTO DE 200MM, LARGURA DE 20MM, ALTURA DE 10MM, COM DIVISÓRIA DUPLA, PRODUZIDA EM PLASTICO PVC PIGMENTADO BRANCO PALHA.	UN	20	R\$ 71,66	R\$ 1.433,27

22	CAPACETE PARA ELETRICISTA. CAPACETE RÍGIDO, LEVE, BALANCEADO, INJETADO EM UMA ÚNICA PEÇA DE POILETILENO DE ALTA DENSIDADE, SEM POROSIDADE, NÃO CONDUZ CORRENTE ELÉTRICA, ALTA RESISTENCIA DIELÉTRICA, SUSPENSÃO STAZ-ON, AJUSTE DESLIZANTE.	UN	1	R\$ 171,90	R\$ 171,90
23	CHAVE DE FENDA ISOLADA 1/4X4. CHAVE DE FENDA ISOLADA 1/4X4 HASTE EM AÇO ESPECIAL TEMPERADO, ACABAMENTO NIQUELADO, CABO INJETADO, PONTA CHATA, TAMANHO 1/4X4 , ISOLADA IDENTIFICADA COM A MARCAÇÃO 1000V.	UN	1	R\$ 22,80	R\$ 22,80
24	CHAVE TORK L. CHAVE TORK L - 9 PEÇAS HASTE EM AÇO CROMO VANÁDIO TEMPERADA, ACABAMENTO FOSFATILIZADO, TAMANHO 1,5MM, 2,0MM, 2,5MM, 3,0MM, 4,0MM, 5,0MM, 6,0MM, 8,0MM, 10,00MM EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DIN ISO 2936.	UN	1	R\$ 64,67	R\$ 64,67
25	CONECTOR PARALELO EM ALUMINIO-UNIVERSAL	UN	200	R\$ 15,58	R\$ 3.116,00
26	CONECTOR PERFURANTE DE 10 A 35MM. CONECTOR PERFURANTE DE 10 A 35MM. CARACTERÍSTICA: CONEXÃO POR APERTO SIMULTÂNEO, ATRAVÉS DE PERFURAÇÃO DA ISOLAÇÃO. UTILIZAÇÃO: BAIXA TENSÃO. MATERIAL: CONECTOR EM MATERIAL POLIMÉRICO E CONTATOS EM COBRE ESTANHADO.	UN	100	R\$ 14,87	R\$ 1.486,67
27	CONTACTOR 32A. CONTATOR 32A 220V	UN	3	R\$ 208,87	R\$ 626,60

28	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 10A. DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 10A.	UN	10	R\$ 8,57	R\$ 85,67
29	DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES. DISJUNTOR TRIPOLAR 100 AMPERES	UN	15	R\$ 88,29	R\$ 1.324,40
30	DISJUNTOR TRIPOLAR 50A. DISJUNTOR 3 POLOS, 50 AMPERES, COM FIXAÇÃO POR PRESILHAS EM PLACA DE MONTAGEM, ENTRADAS E SAÍDAS PRÓPRIAS PARA LIGAÇÃO POR BARRA OU CABO, CAPACIDADE DE LIGAÇÃO 1,5 A 35MM, TENSÃO NOMINAL 240/415V, CALIBRAÇÃO 25C.	UN	15	R\$ 36,93	R\$ 553,95
31	DISJUNTOR TRIPOLAR DE 30A. DISJUNTOR TRIPOLAR DE 30 AMPERES	UN	10	R\$ 29,79	R\$ 297,93
32	DISJUNTOR UNIPOLAR 15A. DISJUNTOR UNIPOLAR 15 AMPERES	UN	30	R\$ 8,61	R\$ 258,20
33	DISJUNTOR UNIPOLAR 25A. DISJUNTOR UNIPOLAR 25 AMPERES	UN	20	R\$ 22,11	R\$ 442,20
34	ESCADA EXTENSÍVEL VAZADA 7,2M. ESCADA EXTENSÍVEL EM FIBRA DE VIDRO VAZADO COM PERFIS "U" E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES EM ALUMÍNIO EM FORMATO "D", ALTA RESISTIVIDADE ELÉTRICA E COM CARGA DE TRABALHO 120 KG; MODELO EXTENSÍVEL; DIMENSÕES APROXIMADAS DE 4,25M FECHADA E 7,2M DE COMPRIMENTO ABERTA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UN	1	R\$ 1.578,67	R\$ 1.578,67

35	EXTENSÃO ELÉTRICA BIVOLT 20M. EXTENSÃO ELÉTRICA BIVOLT CABO PLANO 3X0,75 MM COM 20M DE COMPRIMENTO, 3 TOMADAS DE TRÊS PINOS REDONDOS DE ACORDO COM O NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS, NBR 14.136. 10 A X 250 V. MATERIAL DO CORPO EM TERMOPLÁSTICO RESISTENTE NA COR PREDOMINANTE BRANCA OU CINZA. PERMITE A CONEXÃO DE ATÉ 3 PLUGUES DE 2P+T SIMULTANEAMENTE, IDEAL PARA SER UTILIZADO EM LOCAIS DE TRABALHO PESADO COMO ALMOXARIFADOS, ÁREA DE SERVIÇO, ETC.	UN	10	R\$ 137,83	R\$ 1.378,33
36	EXTENSÃO ELÉTRICA BIVOLT 5M. EXTENSÃO ELÉTRICA BIVOLT CABO PLANO 3X0,75 MM COM 5M DE COMPRIMENTO, 3 TOMADAS DE TRÊS PINOS REDONDOS DE ACORDO COM O NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADAS, NBR 14.136. 10 A X 250 V. MATERIAL DO CORPO EM TERMOPLÁSTICO RESISTENTE NA COR PREDOMINANTE BRANCA OU CINZA. PERMITE A CONEXÃO DE ATÉ 3 PLUGUES DE 2P+T SIMULTANEAMENTE, IDEAL PARA SER UTILIZADO EM LOCAIS DE TRABALHO PESADO COMO ALMOXARIFADOS, ÁREA DE SERVIÇO, ETC.	UN	10	R\$ 120,57	R\$ 1.205,67

37	FIO FLEXÍVEL PARALELO 2X2,5MM PRETO. FIO FLEXÍVEL DUPLO DE 2,5MM CONDUTOR FORMADO POR FIO DE COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDOAMENTO COM FORMAÇÃO CLASSE 1. ISOLAÇÃO DE PVC 70 C (POLICLORETO DE VINILA) ANTICHAMA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS QUANTO A NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO (PVC/A-B)	M	50	R\$ 2,43	R\$ 121,67
38	FITA ISOLANTE 20M. FITA ISOLANTE COM FILME A BASE DE PVC, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR PRETA, SUPERFLEXÍVEL, ADESÃO PERMANENTE; ESPESSURA: 0,18 MM OU MAIS GROSSA; PARA USO PROFISSIONAL; LARGURA: 19 MM; PARA ISOLAÇÃO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS ATÉ 750 VAC; EMBALAGEM TIPO UNITÁRIA EM EMBALAGEM LACRADA PARA MELHOR CONSERVAÇÃO DO PRODUTO; FLAMABILIDADE: AUTOEXTINGUÍVEL; ALONGAMENTO: 200% (MÍNIMO); CLASSE DE TEMPERATURA: 90 °C; CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR NM 60454; UNIDADE	UN	80	R\$ 15,55	R\$ 1.243,73
39	FITA ISOLANTE AUTOFUSÃO 20M. FITA ISOLANTE DE AUTOFUSÃO PARA ALTA TENSÃO, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: COR PRETA, SUPERFLEXÍVEL, ADESÃO PERMANENTE; FITA À BASE DE BORRACHA DE ETILENO-PROPILENO (EPR); FORMULADA PARA FUSÃO INSTANTÂNEA SEM A NECESSIDADE DE AQUECIMENTO (AUTOFUSÃO); EXCELENTE PROPRIEDADE DE VEDAÇÃO; ESPESSURA: 0,76 MM OU MAIS GROSSA; PARA USO PROFISSIONAL;	UN	20	R\$ 32,13	R\$ 642,67

	LARGURA: 19 MM; PARA ISOLAÇÃO DE CIRCUITOS ELÉTRICOS ATÉ 69 KV; FLAMABILIDADE: AUTOEXTINGUÍVEL; ALONGAMENTO				
40	FITA ZEBRADA AMARELA E PRETA 200M. FILME DE POLIETILENO LINEAR DE BAIXA DENSIDADE COM IMPRESSÃO DIAGONAL NAS CORES AMARELA E PRETA SUCESSIVAMENTE, SEM ADESIVO, LARGURA 70MMX200M COMPRIMENTO (VARIÁVEL DE ATÉ 10%). VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA ENTREGA.MATERIAL DE 1º QUALIDADE	UN	5	R\$ 27,19	R\$ 135,97
41	HASTE COBREADA 3M. HASTE PARA ATERRAMENTO COBREADA, TIPO COOPERWELD, 254 MICRAS DE ESPESSURA, DIMENSÕES 16X3000MM, COM CONECTOR REFORÇADO.	UN	30	R\$ 75,74	R\$ 2.272,30
42	LÂMPADA LED 10W. LÂMPADA LED (LIGHT EMITTING DIODE - DIODO EMISSOR DE LUZ) TUBULAR 10W, 120CM, BASE E27, ÂNGULO LUMINOSO 120º, 220V, CORRENTE 0,185A-0,350A, TEMPERATURA DE COR 6.500K BRANCA, FLUXO LUMINOSO 2.100 LM, VIDA MEDIANA DE 50.000 HORAS, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR RA 60-69 .NORMA ABNT IEC/PAS 62.612 : 2013 E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	80	R\$ 20,66	R\$ 1.653,07
43	LÂMPADA LED 20W. LÂMPADA LED (LIGHT EMITTING DIODE - DIODO EMISSOR DE LUZ) TUBULAR 20W, 120CM, BASE E27, ÂNGULO LUMINOSO 120º, 220V, CORRENTE 0,185A-0,350A, TEMPERATURA DE COR 6.500K BRANCA, FLUXO LUMINOSO 2.100 LM, VIDA MEDIANA DE 50.000	UN	50	R\$ 23,53	R\$ 1.176,67

	HORAS, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR RA 60-69 .NORMA ABNT IEC/PAS 62.612 : 2013 E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO				
44	LÂMPADA LED 40W. LÂMPADA LED (LIGHT EMITTING DIODE - DIODO EMISSOR DE LUZ) TUBULAR 40W, 120CM, BASE E27, ÂNGULO LUMINOSO 120º, 220V, CORRENTE 0,185A-0,350A, TEMPERATURA DE COR 6.500K BRANCA, FLUXO LUMINOSO 2.100 LM, VIDA MEDIANA DE 25.000 HORAS, ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE COR RA 60-69 .NORMA ABNT IEC/PAS 62.612 : 2013 E CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	UN	150	R\$ 29,33	R\$ 4.400,00
45	LÂMPADA MULTIVAPOR METÁLICO 250W. LÂMPADA MULTIVAPOR METÁLICO 250W BASE E-40 COM TUBO DE TECNOLOGIA QUARTZO POWERSTAR HQI-T BULBO TUBULAR COM POTÊNCIA DECLARADANO BULBO 250 W; FLUXO LUMINOSO MÍNIMO: 20.000 LUMENS; DIÂMETRO DE 46 MM E 225 MM DE COMPRIMENTO.	UN	100	R\$ 81,27	R\$ 8.126,67
46	LÂMPADA LED TUBULAR T8, 10 W, BIVOLT, 900LM, SOQUETE G13, 6500K BRANCA FRIA, 60 CM DE COMPRIMENTO.	UN	50	R\$ 16,10	R\$ 804,83
47	LÂMPADA LED TUBULAR T8, 10 W, BIVOLT, 900LM, SOQUETE G13, 6500K BRANCA FRIA, 120 CM DE COMPRIMENTO.	UN	100	R\$ 29,03	R\$ 2.903,33
48	LÂMPADA LED TUBULAR T8, 20 W, BIVOLT, 900LM, SOQUETE G13, 6500K BRANCA FRIA, 60 CM DE COMPRIMENTO.	UN	80	R\$ 23,48	R\$ 1.878,67

49	LÂMPADA LED TUBULAR T8, 20 W, BIVOLT, 900LM, SOQUETE G13, 6500K BRANCA FRIA, 120 CM DE COMPRIMENTO.	UN	250	R\$ 33,67	R\$ 8.416,67
50	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W E-40. LÂMPADA TUBULAR VAPOR METÁLICO 400W – PARA SOQUETE E-40, BULBO EXTERNO DE QUARTZO, PREENCHIDO COM MERCÚRIO DE ALTA PRESSÃO E UMA MISTURA DE VAPORES, COM ADIÇÃO DE SÓDIO E TÁLIO PARA CORREÇÃO DE COR E ESTABILIZAÇÃO DO ARCO, EM FORMATO DE UM PEQUENO BULBO TUBULAR, PARA UTILIZAÇÃO EM LUMINÁRIAS FECHADAS, VIDA ÚTIL 12.000 HORAS	UN	50	R\$ 81,33	R\$ 4.066,67
51	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 250W. LÂMPADA TUBULAR VAPOR SÓDIO 250W - PARA SOQUETE E-40, BULBO EXTERNO DE QUARTZO, PREENCHIDO COM MERCÚRIO DE ALTA PRESSÃO E UMA MISTURA DE VAPORES, COM ADIÇÃO DE SÓDIO E TÁLIO PARA CORREÇÃO DE COR E ESTABILIZAÇÃO DO ARCO, EM FORMATO DE UM PEQUENO BULBO TUBULAR, PARA UTILIZAÇÃO EM LUMINÁRIAS FECHADAS, VIDA ÚTIL 12.000 HORAS	UN	200	R\$ 45,87	R\$ 9.173,40 9.173,40 * MERGEFORM AT29
52	LÂMPADA VAPOR SÓDIO 70W E-27. LÂMPADA TUBULAR VAPOR SÓDIO 70W – PARA SOQUETE E- 27, BULBO EXTERNO DE QUARTZO, PREENCHIDO COM MERCÚRIO DE ALTA PRESSÃO E UMA MISTURA DE VAPORES, COM ADIÇÃO DE SÓDIO E TÁLIO PARA CORREÇÃO DE COR E ESTABILIZAÇÃO DO ARCO, EM FORMATO DE UM PEQUENO BULBO TUBULAR, PARA UTILIZAÇÃO EM LUMINÁRIAS FECHADAS, VIDA ÚTIL 12.000 HORAS	UN	400	R\$ 39,10	R\$ 15.640,00

53	LANTERNA DE CABEÇA TÁTICA PROFISSIONAL 1.100.000 LUMENS COM ZOOM LED T6, LED AUXILIAR E SINALIZADOR	UN	3	R\$ 201,07	R\$ 603,20
54	LUMINÁRIA ABERTA COM SOQUETE E-27. LUMINÁRIA ABERTA CHAPA DE ALUMÍNIO REPUXADA POR EXCLUSIVO PROCESSO POLIDO POR SISTEMA DE ABRILHANTAMENTO ELETROQUÍMICO, ACABAMENTO ANODIZADO E SELADO; PESCOÇO FUNDIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO SOB PRESSÃO; SOQUETE PORCELANA	UN	50	R\$ 81,77	R\$ 4.088,33
55	LUMINÁRIA ABERTA COM SOQUETE E-40. LUMINÁRIA ABERTA CHAPA DE ALUMÍNIO REPUXADA POR EXCLUSIVO PROCESSO POLIDO POR SISTEMA DE ABRILHANTAMENTO ELETROQUÍMICO, ACABAMENTO ANODIZADO E SELADO; PESCOÇO FUNDIDO EM LIGA DE ALUMÍNIO SOB PRESSÃO; SOQUETE PORCELANA ROS	UN	30	R\$ 91,40	R\$ 2.742,00
56	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA LED. LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA LED, 500 LÚMENS. LUMINÁRIA AUTÔNOMA COMPLETA COM LÂMPADA(S) LED DE 500 LÚMENS PARA USO EM SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO ACLARAMENTO DE PEQUENAS ÁREAS (CORREDORES E ESCADAS), BALIZAMENTO DE ROTAS DE FUGA, E OUTRAS APLICAÇÕES. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: LUMINÁRIA TIPO AUTÔNOMA; ALIMENTAÇÃO 220VCA/60HZ OU BIVOLT (110/220V); BATERIA INTERNA (INCLUSA) DO TIPO SELADA (SEM MANUTENÇÃO); CARREGADOR DE BATERIA/FLUTUADOR AUTOMÁTICO INCORPORADO;	UN	50	R\$ 35,23	R\$ 1.761,67

57	LUMINÁRIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED. LUMINÁRIA PÚBLICA LED (LIGHT EMITTING DIODE) POTÊNCIA 126W, ÂNGULO LUMINOSO 120°, VOLTAGEM AC 85-265V, VIDA ÚTIL DE MAIS DE 50.000,00 HORAS, IRC 80, FLUXO LUMINOSO DE 13.200LM. TEMPERATURA DE COR 6.000K, NÃO NECESSITA REATOR.	UN	100	R\$ 280,37	R\$ 28.036,67
58	LUVA PELICA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL. LUVA PELICA PARA PROTEÇÃO INDIVIDUAL PROTEÇÃO NA PONTA DOS DEDOS, TIPO DE PUNHO TRICOTADO, ESTRUTURA TRICOTADA/COSTURADA, REVESTIDA EM CAMADA DE COURO, PROTEGE AS MÃOS DE CONTATO COM CALOR INTERMITENTE ATÉ 95°C, FIO RESISTENTE A CORTE DE PESO MÉDIO.	UN	10	R\$ 41,20	R\$ 411,97
59	LUVA PROTEÇÃO ALTA TENSÃO. LUVA PROTEÇÃO ALTA TENSÃO 5 KV LUVA DE ALTA TENSÃO, BORRACHA NATURAL, ISOLAMENTO ELÉTRICO, CLASSE DE LUVA 0, COR DA MARCAÇÃO VERMELHA, RESISTENTE AO OZÔNIO, TENSÃO DE ENSAIO 5KV, TENSÃO MÁXIMA DE USO 10000V, ATENDE AS NORMAS NBR 10622.	PAR	2	R\$ 582,23	R\$ 1.164,47
60	MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE. MANGUEIRA LUMINOSA INCANDESCENTE AMARELA, AZUL, VERDE, VERMELHA E BRANCA, 13MM 2 FIO, PARA USO EXTERNO OU INTERNO, TENSÃO 220V, UNIDADE DE CORTE 1 METRO = 36 LÂMPADAS, DIÂMETRO DE 13MM, CONSUMO APROXIMADO POR METRO 18W, IMPERMEÁVEL, ACEITA USO DE	M	50	R\$ 14,37	R\$ 718,33

	SEQUENCIADOR E EMENDAS, CAPACIDADE DE ENVERGURA ATE 180°.				
61	MANGUEIRA LUMINOSA LED. MANGUEIRA LUMINOSA LED BRANCA, AZUL, AMARELA, VERDE E VERMELHA 13MM 2 FIO, PARA USO EXTERNO OU INTERNO, TENSÃO 220V, UNIDADE DE CORTE 2 METRO = 60 LÂMPADAS, DIAMETRO DE 13MM, CONSUMO APROXIMADO POR METRO 3W, IMPERMEÁVEL, ACEITA USO DE SEQUENCIADOR E EMENDAS, CAPACIDADE DE ENVERGADURA ATÉ 180°.	M	1500	R\$ 14,17	R\$ 21.250,00
62	MULTÍMETRO DIGITAL. MULTÍMETRO DIGITAL COM ALICATE AMPERÍMETRO FAIXA DE COBERTURA DE CORRENTE AC DE 0,01A -1000A, FUNÇÃO DE CAPTURA DE PICO PARA MEDIDAS DE CORRENTE DE PARTIDA DEMOTORES, RESOLUÇÃO 0,01A, CORRENTE MÁXIMA 1000A, TESTADOR E ISOLAÇÃO, MUDANÇA DE FAIXA MANUAL.	UN	2	R\$ 181,90	R\$ 363,80
63	PAFLON DE PORCELANA COM BASE E-27. PLAFON DE PORCELANA PARA 1 LÂMPADA COM BASE E-27 CONSTITUÍDO DE POLIPROPILENO COM POTÊNCIA MÁXIMA DE 15W, BIVOLT, COM ALTURA DE 22CM LARGURA DE 14CM E COMPRIMENTO DE 4,5CM.	UN	50	R\$ 15,77	R\$ 788,33
64	PARAFUSO MÁQUINA 16X200MM. PARAFUSO GALVANIZADO A FOGO, TIPO MÁQUINA, 16X200 MM, COM 02 PORCAS E ARRUELAS 58 X 58.	UN	100	R\$ 21,07	R\$ 2.106,67
65	PARAFUSO MÁQUINA 16X250MM. PARAFUSO GALVANIZADO A FOGO, TIPO	UN	100	R\$ 22,60	R\$ 2.260,00

	MÁQUINA, 16X250 MM, COM 02 PORCAS E ARRUELAS 58 X 58.				
66	PINO FÊMEA 10A. PLUGUE PADRÃO BRASILEIRO 10A, FABRICADO DE MATERIAL TERMO- PLÁSTICO AUTO-EXTINGUÍVEIS, NÚMERO DE POLOS 2P + T 10A, TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO DE -25 C A +70 C, NAS CONFORMIDADES DAS NORMAS NBR 14136 E NBR NM 60884-1 E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	UN	100	R\$ 7,36	R\$ 736,33
67	PINO FÊMEA 20A. PLUGUE PADRÃO BRASILEIRO 20A, FABRICADO DE MATERIAL TERMO- PLÁSTICO AUTO-EXTINGUÍVEIS, NÚMERO DE POLOS 2P + T 10A, TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO DE -25 C A +70 C, NAS CONFORMIDADES DAS NORMAS NBR 14136 E NBR NM 60884-1 E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	UN	50	R\$ 9,43	R\$ 471,50
68	PINO MACHO 10A. PLUGUE PADRÃO BRASILEIRO 10A, FABRICADO DE MATERIAL TERMO- PLÁSTICO AUTO-EXTINGUÍVEIS, NÚMERO DE POLOS 2P + T 10A, TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO DE -25 C A +70 C, NAS CONFORMIDADES DAS NORMAS NBR 14136 E NBR NM 60884-1 E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	UN	100	R\$ 7,73	R\$ 773,33
69	PINO MACHO 20A. PLUGUE PADRÃO BRASILEIRO 20A, FABRICADO DE MATERIAL TERMO- PLÁSTICO AUTO-EXTINGUÍVEIS, NÚMERO DE POLOS 2P + T 10A, TEMPERATURA DE FUNCIONAMENTO DE -25 C A +70 C, NAS CONFORMIDADES DAS NORMAS NBR 14136 E NBR NM 60884-1 E CERTIFICAÇÃO INMETRO.	UN	50	R\$ 9,60	R\$ 480,00

70	PROJETOR QUADRADO 400W E-40. PROJETOR QUADRADO 400W E-40	UN	30	R\$ 281,77	R\$ 8.453,00
71	REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W EXTERNO. REATOR VAPOR DE SÓDIO 250W EXTERNO CORPO EM CAIXA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA A FOGO ENCAPSULAMENTO IMPREGNADO EM RESINA ISOLANTE ELÉTRICA E ELEVADO ÍNDICE DE DISSIPACÃO TÉRMICA CONDUTORES COM CABOS DE CONEXÃO COM ISOLAÇÃO EM PVC105 C 750 V.	UN	100	R\$ 117,11	R\$ 11.711,00
72	REATOR VAPOR DE SÓDIO 400W EXTERNO. REATOR VAPOR DE SÓDIO 400W EXTERNO MOLDADO EM CHASSI DE FÁBRICA, CORPO EM CAIXA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADA A FOGO ENCAPSULAMENTO IMPREGNADO EM RESINA ISOLANTE ELÉTRICA E ELEVADO ÍNDICE DE DISSIPACÃO TÉRMICA CONDUTORES COM CABOS DE CONEXÃO COM ISOLAÇÃO EM PVC105 C 750 V.	UN	50	R\$ 85,26	R\$ 4.263,17
73	REATOR VAPOR DE SÓDIO 70W EXTERNO. REATOR EXTERNO VAPOR DE SÓDIO GALVANIZADO A FOGO, 70W-220V-60HZ-ALTO FATOR DE POTÊNCIA, COM BASE PARA RELE FOTOELÉTRICO, DELTA T 65°, PERDAS MÁXIMAS 12W COM SELO PROCEL/INMETRO ESTAMPADO NO PRODUTO, GARANTIA DE 60 MESES.	UN	150	R\$ 82,87	R\$ 12.430,00
74	RELE FALTA DE FASE. RELE DE SUPERVISÃO FALTA DE FASE 3UG05 1X-220VCA	UN	10	R\$ 95,13	R\$ 951,33

75	RELE FOTOELÉTRICO. RELÉ FOTOELÉTRICO SISTEMA MAGNÉTICO DE CORRENTE ALTERNADA TIPO CIRCUITO SISTEMA DE OPERAÇÃO RELE FOTOELÉTRICO NF ,ACENDE E APAGA LÂMPADAS EM FUNÇÃO DA VARIAÇÃO DO FLUXO LUMINOSO AMBIENTE; SISTEMA CONSTRUTIVO ELETROMAGNÉTICO DE CORRENTE ALTERNADA.	UN	500	R\$ 33,97	R\$ 16.983,33
76	SOQUETE DE PORCELANA BASE E-27. RECEPTÁCULO E-27 EM PORCELANA, BASE E-27, CORPO EM PORCELANA NA COR BRANCA, CONTATO E BORNES EM LATÃO, TERMINAIS TIPO BORNES PARA CONEXÃO DOS FIOS, TEMPERATURA MÁXIMA 230 C, CORRENTE MÁXIMA 4A, POTÊNCIA MÁXIMA 250W, TENSÃO 250VAC.	UN	50	R\$ 9,23	R\$ 461,50
77	SOQUETE PORCELANA BASE E-40. RECEPTÁCULO E-40 EM PORCELANA, BASE E-40, CORPO EM PORCELANA NA COR BRANCA, CONTATO E BORNES EM LATÃO, TERMINAIS TIPO BORNES PARA CONEXÃO DOS FIOS, TEMPERATURA MÁXIMA 230 C, CORRENTE MÁXIMA 16A, POTENCIA MÁXIMA 1000W, TENSÃO 500VAC.	UN	50	R\$ 15,46	R\$ 773,17
78	TOMADA 1 TECLA, TA AMPERES TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 15,23	R\$ 761,50
79	TOMADA 2 TECLAS, 10 AMPERES, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 22,77	R\$ 1.138,33
80	TOMADA 20 AMPERES, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 19,60	R\$ 980,00
81	INTERRUPTOR 1 TECLA, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 14,73	R\$ 736,67
82	INTERRUPTOR 2 TECLA, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 23,03	R\$ 1.151,67

83	INTERRUPTOR 2 TECLA, + TOMADA, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 31,67	R\$ 1.583,33
84	INTERRUPTOR 3 TECLA, TIPO PRIMEIRA LINHA	UN	50	R\$ 31,17	R\$ 1.558,33
TOTAL = R\$					265.996,28

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1** A aquisição dos materiais acima elencados atenderá às necessidades das Secretarias Municipais e Fundos da Prefeitura Municipal de Damolândia, mantendo a rotina de reparos e pequenas obras/reformas feitas pela Administração Pública Municipal.
- 2.2** Todos os equipamentos e produtos ofertados DEVEM, **OBRIGATORIAMENTE** atender as especificações da NBR / ABNT, quando for o caso.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1** Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

- 4.1** O fornecimento será efetuado imediatamente, conforme necessidade, a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato.
- 4.2** O fornecimento somente será realizado mediante apresentação de Autorização, emitida pelo Fiscal do Contrato, onde deverá constar marca, quantidade e tipo de material autorizado para fornecimento, nome do Servidor responsável pelo recebimento dos mesmos.
- 4.3** Fornecimentos sem a devida autorização não serão de responsabilidade da Contratante;
- 4.4** Deverá ser emitido Nota Fiscal de fornecimento e anexado junto à autorização, para posterior envio ao Fiscal do Contrato, que fará a devida conferência para pagamento;
- 4.5** Só serão pagos os fornecimentos que ficarem devidamente comprovados e que constarem da Autorização emitida pelo Fiscal do Contrato e juntada à Nota Fiscal, devidamente atestada e assinada;

5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

- 1.1.** O custo estimado total da presente aquisição se dará por meio de orçamentos de preços levantados pelo Departamento de Compras.
- 1.2.** O quantitativo estimado foi apurado a partir da demanda de materiais consumidos no exercício de 2023.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1** Constituem obrigações específicas da Contratada, sem prejuízo das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis ao fornecimento de materiais nele previsto:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento contratado, de acordo com o Termo de Referência, as Cláusulas Contratuais, a Legislação vigente, a sua Proposta, os critérios de Sustentabilidade Ambiental, bem como, observância das orientações do Contratante;
- b) Fornecer ao Contratante produtos de primeira qualidade, de acordo com as especificações contida na descrição técnica de cada um dos itens;
- c) Fornecer os materiais sempre que solicitados, no período de expediente do Município;
- d) Fornecer os materiais somente com a “Autorização de Fornecimento” emitida pelo Fiscal do Contrato ou pelo Departamento de Compras;
- e) Manter, em um único ponto de venda todos os produtos solicitados, prontos para entrega;
- f) Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, o valor dos produtos ofertados.
- g) Indicar **“Preposto”**, aceito pelo Contratante, que será legítimo representante da Contratada, responsável pela execução do contrato, com a missão de garantir o bom andamento do mesmo com a obrigação de se reportar, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento do contrato pelo Contratante (Fiscal do Contrato) que tomará as providências pertinentes para que sejam corrigidos todos os problemas detectados;
- h) Utilizar pessoal próprio, contratado sob a sua inteira responsabilidade, capacitado, orientado e treinado, para, sob a sua supervisão direta, entregar os materiais na sede do Contratante;
- i) Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados ou preposto, decorrentes de sua culpa ou dolo;
- j) Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao seu conhecimento por força da execução do contrato;
- k) Responsabilizar pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força de lei, ligadas ao cumprimento deste Instrumento legal;
- l) Arcar com todas as despesas decorrentes da execução do contrato, tais como salários, encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, seguros, taxas, impostos e contribuições, indenizações, transporte, alimentação, uniformes e outras que porventura venham a ser criadas ou exigidas por lei;
- m) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto deste Contrato. A fusão, cisão ou incorporação somente serão possíveis com o consentimento prévio e expresse do Contratante e desde que não afete o fornecimento contratado;
- n) Comunicar ao Contratante qualquer anormalidade, bem como atender prontamente as suas observações e exigências e prestar os esclarecimentos solicitados;
- o) Justificar ao Contratante eventuais motivos de força maior, em tempo hábil, que impeçam a realização do fornecimento de materiais, objeto deste Edital;
- p) Observar o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- q) Comunicar ao Contratante, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou de endereço;

- r) Manter seus empregados sob seu vínculo empregatício exclusivo, estando em dia com todos os encargos e obrigações previstas na legislação social, trabalhista e previdenciária em vigor, fazendo a comprovação, a qualquer tempo, quando solicitado pelo Contratante;
- s) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A CONTRATANTE deverá acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos materiais, nos termos da Lei 14.133/21, diretamente ou por meio de Preposto, que exercerá ampla e irrestrita fiscalização do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da CONTRATADA constantes também do Termo de Referência;

7.1 Compete ainda à Contratante:

Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada desde que não haja impedimento legal para o fato;

- a) Notificar, formal e tempestivamente a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento do Contrato;
- b) Notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- c) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;
- d) Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato;
- e) Manter atualizada a listagem de preços que contemple a relação dos itens, para os fins previstos no Contrato;
- f) Emitir requisição dos produtos solicitados para entrega.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

8. MEDIDAS ACAUTELADORAS

8.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1 A fiscalização da contratação será exercida através de servidor municipal, fiscal de contrato representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de

9.3 técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei 14.133/21.

9.4 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PRAZO DE ENTREGA E DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 O prazo da entrega do material será de até 10 (dez) dias úteis após o recebimento da Solicitação emitida pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Damolândia/GO.

10.2 O pagamento dar-se-á em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos.

10.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11. DO LOCAL DE ENTREGA DOS PRODUTOS

5.1. O material deverá ser entregue no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Damolândia/GO.

12. PRAZO DE VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, contados da assinatura da respectiva ata de registro de preços.

LUCÉLIA JOVENTINA ALVARENGA
Secretário Municipal de Finanças Administração e Gestão Publica

SUELY APARECIDA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária

DIVINA NUNES ARANTES
Secretária Municipal de Educação

GLEIYCI FERREIRA DO CARMO

Secretária Municipal de Assistência Social

DIONE LUCAS BENTO

Secretária Municipal de Infraestrutura, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

PAGE *
MERGEFORM
AT29

ANEXO II

**PROPOSTA COMERCIAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE: (NOME – CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE – CPF)

ENDEREÇO e TELEFONE:

DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

MARCA E MODELO

Deverá constar na proposta a marca do item a ser fornecido.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim

como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por meio de seu representante legal (ou procurador) Sr. _____, CPF ____ (nº)____, DECLARA sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte), nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Local e Data _____

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Nome e Ass. Representante Legal _____

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES DIVERSAS**

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: _____

RG nº: _____ CPF nº _____

DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante _____
(nome empresarial), participante da Concorrência Eletrônica nº ____/____, Processo nº
____/____:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo menor a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição e no inciso V, do art. 68, da Lei 14.133, de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;
- c) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, conforme orientado pelo art. 92, inciso VXII da Lei 14.133, de 2021.
- d) não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação ou a eventual contratação que deste procedimento possa ocorrer, para fins do disposto artigo 156, inc. IV, da Lei nº 14.133/21, 1º de abril de 2021, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.
- e) não possui sócios ou administradores servidores ou com parentesco até terceiro grau, de servidores e/ou dirigentes desta entidade, que impeçam a contratação desta empresa, nos termos das legislações vigentes aplicáveis;
- f) está ciente de que a falsidade na declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Local e data

Nome e assinatura do representante legal

PAGE *
MERGEFORM
AT29

ANEXO V

MUNTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2024

MUNICÍPIO DE DAMOLÂNDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 01.067.164/0001-07, com sede na Praça Hugo Costa, Nº 1, Vila Mineira, Damolândia, Goiás, CEP 75.420-000, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **ROGÉRIO LABANCA NETO**, Prefeito Municipal, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF n.º 827.956.301-68 e RG nº38139832 SSP-GO, residente e domiciliado na Rua Antônio Dâmaso da Silva, Qd. 12, Lt. 65, Nº 66, Damolândia-GO.

Detentora da Ata de Registro de Preços:

xxx

As partes acima elencadas **RESOLVEM**, por meio desta Ata e com integral observância das normas: Lei Federal nº14.133/2021 demais normas pertinentes e respectivas atualizações, e, ainda, pelas condições estabelecidas pelo Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº008/2024 e seus anexos;

PAGE *
MERGEFORM
AT29

FIRMAM A PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS-ARP REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024-SRP, cujo é REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Materiais Elétricos destinados ao atendimento das Secretarias e Fundos do Município de Damolândia/GO, conforme condições, especificações e PREÇOS REGISTRADOS das respectivas propostas apresentadas, classificadas, aceitas/negociadas no certame do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 008/2024 realizado em xx/xx/2024**, conforme ata de sessão, conforme as Cláusulas e condições que seguem:

DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente Ata de Registro de Preços decorre de **Adjudicação do PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2024-SRP**, na forma da Lei Federal nº 14.133/21, e **Termo de Homologação de xx/xx/2024**, tudo constante no Processo Administrativo, do qual passa a fazer parte integrante esta Ata de Registro de Preços com força de Instrumento Contratual.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.10 Objeto desta Ata é o Registro de Preços para Aquisição de Materiais Elétricos destinados ao atendimento das Secretarias e Fundos do Município de Damolândia/GO, em conformidade
Praça Hugo Costa, nº 1, Vila Mineira- CNPJ: 01.067.164/0001-07 - CEP.75.420-000- Fone (62) 3337-3133- Damolândia-Goiás.

com as especificações contidas no Processo Administrativo, no Edital do PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2024-SRP e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 Esta Ata de Registro de Preços deverá ser assinada por representante legal, diretor, ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

2.2A Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses a contar da data da assinatura.

2.2.1 A Ata de Registro de Preços referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2024-SRP, após assinada e homologada, será disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Damolândia durante sua vigência.

2.2.2 O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme Lei n. 14.133/21.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

2.3 Se durante a vigência da Ata de Registro de Preços for constatado que os preços registrados estão superiores aos de mercado, caberá à Administração convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO, DO RECEBIMENTO E DO ACEITE DO OBJETO

3.1 Os materiais serão solicitados conforme a necessidade do Departamento de Compras, mediante a assinatura e publicação desta Ata de Registro de Preços, no prazo imediato, mediante apresentação de requisição/solicitação devidamente assinada, com identificação do respectivo servidor público municipal competente.

3.2 Os materiais deverão ser fornecidos a partir da assinatura e publicação da Ata de Registro de Preços até findar a vigência da mesma.

3.3 O não fornecimento do objeto será motivo de aplicação das penalidades previstas na Clausula Décima Primeira, desta Ata de Registro de Preços, bem como nas sanções elencadas no Instrumento Convocatório do Pregão, e ainda conforme rege a Lei Federal nº 14.133/21.

3.4. Entregar os produtos conforme cronograma fornecido pelo DEPARTAMENTO DE COMPRAS, o qual formulará periodicamente, tendo a proponente o prazo máximo de 10(dez) dias úteis a contar

do recebimento da solicitação, para entregar o produto solicitado em cada uma das Unidades requisitantes.

3.5 - Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com o item anterior e as especificações mínimas exigidas abaixo:

- a) Identificação do produto;
- b) embalagem / vasilhame original e intacta,
- c) data de fabricação,
- d) data de validade,
- e) peso líquido,
- f) Número do Lote,
- g) Nome do fabricante.
- h) Registro no órgão fiscalizador quando couber;

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA FORMA DE PAGAMENTO

PAGE *
MERGEFORM
AT29

4.1O pagamento das faturas à(s) licitante(s) vencedora(s) será efetuado, mensalmente, em parcela única mediante a apresentação da Nota Fiscal referente ao total de materiais fornecidos no período anterior, mediante a apresentação da Nota Fiscal que será conferida e atestada por responsável da Administração, juntamente com as Requisições de Fornecimento emitidas pela respectiva Secretaria responsáveis pelo pedido, devidamente assinada por servidor público municipal identificado e autorizado para tal.

4.2 O prazo para a efetivação do pagamento referente ao(s) fornecimento(s) solicitado e devidamente fornecido será de até 30 (trinta) dias após a entrega e aceitação dos produtos, com o devido ateste de recebimento.

4.3 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, que poderá ser compensada com o(s) pagamento(s) pendente(s), sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

4.4 A Nota Fiscal/Fatura emitida pela fornecedora deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Processo Licitatório, nº do Pregão, nº da Ata de Registro de Preços e da Ordem de empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento e fornecimento dos MATERIAIS e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5 Os preços registrados quanto aos itens descritos no termo de referência são os seguintes:

Lote	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Vi. Unit.	Vi. Total
------	-----------	---------	-------	------------	-----------	-----------

VALOR TOTAL R\$ xx

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei n. 14.133/21.

5.2 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços são fixos e irrevogáveis, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento e justificativa expressos do Fornecedor e comprovação documental, decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover às negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na Lei n. 14.133/21.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

5.3 O gerenciador da ata de registro de preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.

5.4 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pelo Departamento de compras da Prefeitura Municipal de Damolândia/GO, por intermédio do órgão gerenciador da ata de registro de preços.

5.6 Se ocorrer do preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.7 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8 O registro do fornecedor será cancelado mediante formalização por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o fornecedor:

a) Descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) Sofrer sanção prevista nos da Lei n. 14.133/21.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

5.9 O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

a) Por razão de interesse público; ou

b) A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

6.1 Nos valores registrados quanto aos materiais a serem fornecidos, incluem-se todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros e mão de obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E RECURSOS

7.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias dos exercícios 2024:

Ficha: 20

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 04.122.0002.2.003

Promoção de festividades municipais

Ficha: 48

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 04.122.0006.2.007

Manutenção das atividades da sec. De administração

Ficha: 58

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 06.181.0007.2.010

Manutenção das ativ. Da segurança pública

Ficha: 95

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 20.606.0010.2.013

Manutenção das atividades da secretaria de agricultura

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Ficha: 142

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0024.2.028

Obras e serviços urbanos

Ficha: 159

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0026.2.030

Manutenção do cemitério municipal

Ficha: 167

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 15.452.0027.2.031

Manutenção de ativ.de praças e jardins

Ficha: 177

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 25.752.0029.2.032

Manutenção das ativ.da iluminação pública

Ficha: 195

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 26.782.0037.2.040

Manutenção do Dmer

Ficha: 199

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 26.782.0038.2.041

Manutenção de ativ.do terminal rodoviário

Ficha: 208

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 27.812.0022.2.026

Manutenção das ativ.da sec. Municipal de esporte e lazer

Ficha: 215

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 27.812.0022.2.027

Manutenção do clube recr., estádio, gin. esportes e áreas de lazer

Ficha: 231

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 12.361.0039.2.042

Manutenção e desenvolvimento do ensino básico- Fundeb

Ficha: 265

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 04.122.0063.2.074

Manutenção da secretaria municipal de saúde

Ficha: 329

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 10.302.0054.2.054

Manutenção do hospital e unidades básicas de saúde

PAGE *
MERGEFORM
AT29

Ficha: 401

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.244.0055.2.058

Manutenção da secretaria de assistência e Promoção social

Ficha: 413

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.244.0055.2.061

Manutenção do prog. De Prot. Social Basica/PSB/Cras/SCFV

Ficha: 454

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 08.241.0076.2.086

Manutenção do centro de convivência dos idosos

Ficha: 472

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 18.541.0079.2.091

Manutenção da sec. Municipal do meio ambiente

Ficha: 508

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 12.361.0085.2.099

Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

Ficha: 525

Elemento: 3.3.90.30

Dotação: 12.365.0085.2.104

Manutenção do ensino infantil - creche / pré - escolar

PAGE *
MERGEFORM
AT29

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/21, são obrigações:

8.1 Da Fornecedora/Beneficiária:

8.1.1. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados na requisição de compras, que serão responsáveis pela conferência dos gêneros no ato do recebimento, que informarão à SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO eventuais inconsistências.

8.1.2 As despesas com transporte, fretes, bem como, qualquer outra relacionada à entrega do produto, é de total responsabilidade da proponente.

8.1.3 Caso seja detectado alguma falha no fornecimento, que esteja em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo máximo de 01 (um) dia útil, após a notificação, sem prejuízo das sanções previstas.

8.1.4 A contratada deverá emitir relatório trimestral de venda dos materiais.

8.1.5 Demais obrigações em conformidade com a Lei 14.133/21 e demais legislações pertinente.

8.2 Do Órgão Gerenciador da Ata:

8.2.1. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, na forma estabelecida do edital e na Ata de Registro de Preços;

PAGE *
MERGEFORM
AT29

8.2.2 Rejeitar os produtos que não satisfazerem aos padrões exigidos nas especificações e recomendações da contratante;

8.2.3. Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares à execução dos serviços ora licitados;

8.2.4. Notificar a contratada, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação dos serviços.

8.2.5. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

9.1.2 *Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:*

9.1.3 A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;

9.1.4 A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;

9.1.5 A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;

9.1.6 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;

9.1.7 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aquele praticado no mercado;

9.1.8 Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;

9.1.9 No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Fornecedora;

9.1.10 Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;

PAGE *
MERGEFORM
AT29

9.2.2 Pela Detentora quando:

9.2.2.1 Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;

9.2.2.2 A solicitação da Detentora para cancelamento do preço registrado deverá ocorrer antes do pedido de fornecimento pela contratante.

9.3 A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento da Lei 14.133/21, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa.

9.4 Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração, a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à CONTRATADA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei 14.133/21, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.

9.5 Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

9.6 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços;

9.7 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

10.1 Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preço qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante previa consulta ao Órgão Gerenciador da Ata e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei n.14.133/21 e demais normas em vigor e respectivas atualizações.

10.2 Os órgãos que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

10.3 Poderá o beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o art. 22 do Decreto nº 7.892/2013, não poderão exceder, por órgão, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o

contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, a Administração poderá sujeitar a Detentora/Contratada às penalidades seguintes:

a) Suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Município de Damolândia, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em função da natureza e da gravidade da falta cometida ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição à pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no Art. 7º da Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002;

b) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, considerando, para tanto, reincidência de faltas, sua natureza e gravidade. O ato da declaração de inidoneidade será proferido por Autoridade Superior na esfera municipal, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

11.2 Pelo atraso injustificado na execução do ajuste, a Detentora/Contratada incorrerá em multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor ajustado, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos incidentes, se destacados em documento fiscal.

11.3 Pela inexecução total ou parcial do ajuste a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

11.3.1 A aplicação das multas independerá de qualquer interpelação judicial, precedida de processo administrativo com ampla defesa, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

11.3.2 As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis.

11.3.3 A Detentora/Contratada será notificada, por escrito para recolhimento da multa aplicada, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis dessa notificação. Se não ocorrer o recolhimento da multa no prazo fixado, o seu valor será deduzido das faturas remanescentes.

11.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, podendo a Administração aplicar as penalidades cabíveis.

11.5 Pelo descumprimento das obrigações assumidas a licitante estará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1 O órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será a Secretaria Municipal de Administração.

12.2 São obrigações do Órgão Gerenciador e do Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, conforme o Decreto nº 7.892/2013 as

seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.
- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.
- d) Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata.
- e) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.
- f) Consultar o detentor da ata registrada (observando a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecer os materiais a outro(s) órgão da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica como fiscal do presente instrumento a Sra. **GERALDO JOSÉ DA SILVA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Inhumas/GO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.2 Justos e acordados firmam o presente, em quatro vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

Damolândia, Estado de Goiás, aos xx dias do mês de xx de 2024.

CONTRATANTES

LUCÉLIA JOVENTINA ALVARENGA

Secretário Municipal de Finanças Administração e Gestão Publica

SUELY APARECIDA DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária

DIVINA NUNES ARANTES

Secretária Municipal de Educação

GLEIYCI FERREIRA DO CARMO

Secretária Municipal de Assistência Social

DIONE LUCAS BENTO

Secretária Municipal de Infraestrutura, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

CONTRATADA

PAGE *
MERGEFORM
AT29

ANEXO VI

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.

INTRODUÇÃO

A **Secretaria Municipal de Administração Geral e Gestão Pública LUCELIA JOVENTINA ALVARENGA**, elaborou Estudo Técnico Preliminar para a contratação em tela, para análise da sua viabilidade e levantamento dos elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma que melhor atenda às necessidades da Administração, em conformidade com o disposto no inciso I do artigo 18 da Lei 14.133/2021.

2. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

A contratação de empresa para a aquisição futura e parcelada de Materiais Elétricos para atender a demanda das secretarias e fundos municipais do Município de Damolândia/GO mantendo a rotina de reparos e pequenas obras/reformas feitas pela Administração Pública Municipal. A futura aquisição por meio de formação de Registro de Preços é necessária, pois o estoque está em baixa, e já necessitando de um novo processo licitatório para celebração de novos contratos.

Nessa senda, considerando que os procedimentos licitatórios levam um certo tempo para serem concluídos, faz-se necessário a instrução do presente feito, de modo a garantir o fornecimento dos produtos já listados.

Optou-se pelo registro de preço em virtude da imprevisibilidade das demandas ao longo do ano o que inviabiliza qualquer pretensão de definição de quantitativos fixos para contratações.

3. **O Município de Damolândia-Go não elaborou o PCA para o exercício 2024.**

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para que o objetivo desta licitação possa ser plenamente atingido, é necessário que as empresas participantes apresentem documentos que comprovem a qualificação técnica e atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo. Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência.

Os licitantes devem atender alguns requisitos:

I – Fornecimento dos materiais de primeira qualidade, de acordo com as especificações contidas na descrição técnica de cada item;

II – Comprovar a aptidão para o fornecimento dos itens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação;

III – Clareza na especificação de modelo ou descrição das características constantes no edital;

IV – Custos de aquisição e manutenção alinhados com os preços de mercado

e a realidade orçamentária do município;

V – Havendo qualquer anomalia com os materiais recebidos, quando não ocasionado por condições internas de guarda e armazenamento de responsabilidade desta secretaria ou mesmo pelo fornecedor, este será comunicado para o imediato contato com a indústria, para elucidação dos fatos. Quando constatado que o problema foi gerado pelo fornecedor ou indústria, caberá a solicitação de coleta e reposição da mercadoria, na mesma quantidade e condições adequadas para a utilização;

VI- Esta medida visa evitar contratempos e prejuízos decorrentes de um material elétrico de baixa qualidade.

VII- O licitante deve proporcionar entrega conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento e também estabelecidas no Termo de Referência.

VIII- Os materiais entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme Ordem de Fornecimento e condições do Termo de Referência e seus apêndices, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os materiais serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os materiais serão considerados em desconformidade.

Todos os equipamentos e produtos ofertados DEVEM, OBRIGATORIAMENTE, atender as especificações da NBR/ABNT quando for o caso

A habilitação fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos requisitos:

I – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II – A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ ou municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

IV – A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

V – A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI – O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Toda a documentação exigida para a contratação deverá ser apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração.

A comprovação da qualificação econômico-financeira será constatada da seguinte forma:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- c) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5. PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

- I. O objeto desta licitação deverá ser entregue parceladamente, mediante a expedição de solicitação de fornecimento pela Secretaria Municipal de Administração Geral e Gestão Pública, conforme especificações abaixo, a qual deverá ser atendida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data do recebimento da respectiva solicitação.

A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

PAGE *
MERGEFORM
AT29

- a) Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;
- b) Não há quantidade mínima de pedido, podendo, o órgão contratante, solicitar uma 1 (um) único produto por requisição, portanto, as entregas parcelas poderão ser diárias ou semanal, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Administração Geral e Gestão Pública;
- c) Serão rejeitadas no recebimento os produtos entregues de marcas e/ou especificações diferentes das ofertadas na licitação, e/ou, que não atendam as especificações do edital.
- d) Correrão por conta da contratada todas as despesas de seguros, transportes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução do serviço.
- e) Caso os produtos sejam entregues em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, através da sua Secretaria Municipal de Administração Geral e Gestão Pública, ou em quantidade inferior ao estabelecido, à empresa deverá substituí-lo ou complementá-lo em no máximo 24 (vinte e quatro) horas. As entregas poderão eventualmente ser suspensas ou alteradas, a critério desta Prefeitura Municipal/Secretaria Administração Geral e Gestão Pública.
- f) O Contrato a ser firmado será para atendimento das necessidades do Município no exercício de 2024/2025, e terá vigência pelo período de 12 meses, contados a partir da publicação de seu extrato nos meios legais.
- g) Convocado, o licitante vencedor deverá assinar contrato, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, especialmente na Lei nº. 14.133/2021.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Após análise, a opção adequada e mais viável para atendimento da demanda de contratação é a aquisição Materiais Elétricos para a continuidade da rotina de reparos e pequenas obras/reformas feitas pela Administração Pública Municipal, de modo que há várias empresas especializadas e bem solidificadas neste mesmo ramo de vendas, como demonstra o levantamento de preço realizado em consulta de contratações similares por outras instituições.

Os itens a serem licitados se referem a materiais de fácil fornecimento e de ampla disponibilidade no mercado, dada a sua baixa complexidade, e a escolha do fornecedor será através de Pregão Eletrônico, mediante Sistema de Registro de Preços.

Os itens listados serão adquiridos com quantidades de fornecimento de acordo com os usualmente praticados no mercado, de forma a viabilizar o atendimento das necessidades levantadas.

Quanto ao quantitativo, à responsabilidade de comunicação com a licitante, a definição de quantidades, potenciais alterações e acompanhamento do saldo ficarão a cargo do Fiscal da Ata de Registro de Preços, garantindo o atendimento às necessidades desta secretaria.

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa cujo ramo de atividades seja compatível ao objeto pretendido. Para tanto, foram analisadas as contratações anteriores feitas por este município, contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração. Não foram observadas maiores variações quanto à execução deste objeto.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

7- ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

O quantitativo foi mensurado levando em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Administração Geral e Gestão Pública e seus Fundos Municipais do Município de Damolândia/Go, devidamente ponderado em históricos anteriores, e respeitando uma margem para atender um possível aumento nessa demanda.

8 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Após análise do mercado e das necessidades específicas, o processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço por intermédio do Pregão Eletrônico, sistema que se faz mais vantajoso ao município de Damolândia/Go. Esta constatação fundamenta-se no entendimento de que as soluções adotadas devem atender aos princípios norteadores das contratações públicas, de acordo com o Art. 5º da Lei 14.133, que incluem eficiência, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável e, o planejamento mais vantajoso para a administração.

Os itens a serem adquiridos deverão ser entregues no almoxarifado e sede da secretaria. Os endereços exatos serão informados pelos órgãos solicitantes,

bem como estarão contidos na ordem de fornecimento.

O atraso no fornecimento acarretará na aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/2021 e suas correlatas, bem como as demais normas cabíveis, nos termos definidos do Edital.

A entrega dos itens será de responsabilidade da contratada, sem ônus para o município de Damolândia/Go, sendo todas as despesas com carregamento, transporte, descarregamento e entrega correrão por conta da contratada.

Durante o fornecimento, a empresa deverá informar um responsável, com capacidade de resolução imediata de possíveis problemas, para fins de contato direto do Fiscal e Gestor de Contrato.

Caso não seja entregue, ou não esteja de acordo com as especificações, ou apresente algum tipo de defeito, qualidade inferior a esperada, o produto não será aceito, oportunidade em que a empresa será notificada para corrigir as inconsistências, com os custos correndo por conta da empresa contratada. A subcontratação não será admitida.

9- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO (ITEM)

O parcelamento da solução é a regra conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

Devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que verificado não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação ao item.

PAGE *
MERGEFORM
AT29

10- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com as aquisições são:

- a. Garantia de Qualidade: Assegurar que os materiais adquiridos atendam às especificações técnicas e normas de qualidade, visando a segurança e durabilidade das instalações elétricas municipais.
- b. Economia Financeira: Obter os materiais pelo melhor custo-benefício possível, por meio da seleção de fornecedores competitivos e da negociação de preços favoráveis, maximizando assim o uso dos recursos públicos.
- c. Conformidade Legal: Cumprir integralmente os requisitos legais e normativos aplicáveis à aquisição de materiais, garantindo transparência, lisura e conformidade com as leis de licitações e contratos públicos.
- d. Eficiência Operacional: Garantir o abastecimento contínuo e adequado de materiais elétricos para manutenção e operação das instalações municipais, minimizando possíveis interrupções nos serviços públicos.
- e. Sustentabilidade: Priorizar materiais elétricos que atendam a

critérios de eficiência energética e sustentabilidade ambiental, contribuindo para a redução do consumo de energia e dos impactos ambientais.

11 – PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

12- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- a. Consumo de energia: A iluminação artificial consome uma quantidade significativa de energia, principalmente se forem utilizadas lâmpadas convencionais de alta potência.
- b. Poluição luminosa: A má colocação ou a intensidade excessiva da iluminação artificial podem resultar em poluição luminosa. Isso ocorre quando a luz se espalha além da área que se pretende iluminar, causando brilho e interferindo na visibilidade noturna. A poluição luminosa tem impactos negativos na fauna, afetando a orientação de animais, perturbando padrões de migração, alterando os ritmos naturais e prejudicando o comportamento de várias espécies;
- c. Perturbação dos ecossistemas: A iluminação excessiva pode perturbar os ecossistemas naturais e a vida selvagem. A iluminação intensa em áreas naturais, pode interferir nos ciclos de sono e vigília de animais noturnos, prejudicando sua capacidade de caçar, se reproduzir ou migrar. Isso pode afetar negativamente as cadeias alimentares e a biodiversidade em geral;
- d. Desperdício de recursos: A substituição frequente de lâmpadas e equipamentos elétricos pode resultar em desperdício de recursos naturais, como metais, plásticos e outros materiais utilizados na fabricação desses dispositivos. Além disso, lâmpadas contendo mercúrio, como as lâmpadas fluorescentes compactas, podem representar um risco ambiental se não forem descartadas corretamente;

Vale ressaltar que, a administração irá realizar os estudos cabíveis durante as instalações, a fim de minimizar os impactos ambientais que poderão ser causados.

13 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta aquisição seja atingido. Assim destaca-se ainda que a aquisição de Materiais Elétricos, não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-

se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

14 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO

Considerando a evidente necessidade de aquisição de Materiais Elétricos, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente aquisição, conclui-se pela total viabilidade da aquisição pretendida.

15. JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Após a realização do estudo foi verificada a viabilidade da contratação, levando-se em conta as questões orçamentárias e de disponibilidade de empresas consolidadas no ramo da venda de produtos elétricos para a Administração Pública Municipal, visando a garantia do fornecimento e eventual e futura aquisição dos Materiais Elétricos.

Damolândia-Go, 03 de abril de 2024.

LUCÉLIA JOVENTINA ALVARENGA
Responsável pela Elaboração do ETP

PAGE *
MERGEFORM
AT29